

# CEM

## CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

### Direito Administrativo

# Regime Jurídico Administrativo

Período 2010 - 2016

**1) CESPE - Perito Médico Previdenciário - INSS (2010)**

Acerca do direito administrativo, julgue o item a seguir.

O sistema administrativo ampara-se, basicamente, nos princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público pela administração.

- Certo  
 Errado

**2) CESPE - Analista do Ministério Público da União - MPU (2010)**

Com relação aos poderes, atos e contratos administrativos, julgue o item a seguir.

As prerrogativas do regime jurídico administrativo conferem poderes à administração, colocada em posição de supremacia sobre o particular; já as sujeições servem de limites à atuação administrativa, como garantia do respeito às finalidades públicas e também dos direitos do cidadão.

- Certo  
 Errado

**3) CESPE - Policial Rodoviário Federal - PRF (2013)**

No que se refere ao regime jurídico administrativo, julgue o item subsecutivo.

A administração não pode estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares, mas apenas aos seus servidores e aos concessionários, permissionários e delegatários de serviços públicos.

- Certo  
 Errado

**4) Comissão Examinadora - Juiz Federal - TRF - 4ª Região - (2010)**

Dadas as assertivas abaixo sobre funções estatais e princípios informadores do regime jurídico administrativo, assinale a alternativa correta.

I. No Brasil as atividades estatais básicas estão distribuídas entre Poderes independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, vocacionados ao desempenho, respectivamente, das funções normativa, judicial e administrativa, estando esta última concentrada no Executivo, o qual a exerce precipuamente, mas sem exclusividade.

II. Em decorrência, dentre outros, dos princípios da legalidade, da indisponibilidade do interesse público e da impessoalidade, o gestor da coisa pública tem com ela uma relação de administração, de modo que seu agir está atrelado à finalidade cogente, mesmo quando admitido juízo discricionário na prática do ato administrativo.

III. Conquanto não previsto explicitamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal, o princípio da razoabilidade informa o regime jurídico administrativo brasileiro, prestando-se como balizador para a verificação da higidez da ação administrativa, notadamente quando esta tem características discricionárias.

IV. Estabelece a Constituição Federal que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da publicidade, havendo possibilidade de instituição, pela via legislativa, de restrições ao acesso a autos de processo administrativo.

V. As funções estatais estão sujeitas à rígida observância de diretriz fundamental, que, encontrando suporte teórico no princípio da proporcionalidade, veda os excessos normativos e as prescrições irrazoáveis do Poder Público, prestando-se o referido princípio (da proporcionalidade), nesse contexto, para inibir e neutralizar os abusos do Poder Público no exercício de suas funções, qualificando-se como parâmetro de aferição da higidez dos atos praticados por agentes públicos.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III, IV e V.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

#### 5) IESES - Notário e Registrador - TJ - RS (2013)

Assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública exerce a atividade estatal, desenvolvida sob regime jurídico específico, voltada para a realização e satisfação dos interesses coletivos.
- b) O princípio da especialidade estabelece que a Administração Pública tem que atuar de maneira direta e centralizada no exercício de suas atividades.
- c) A Administração Pública exerce o poder de polícia como atividade típica de limitação da autonomia privada, o que pode ser delegado a particulares.
- d) O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública tem que atuar observando a supremacia do interesse público.

#### 6) CESPE - Auditor de Controle Externo - TCE - RO (2013)

Quanto aos princípios jurídicos aplicáveis à administração pública, julgue o item a seguir.

De acordo com a doutrina, o regime jurídico-administrativo abrange tanto as regras quanto os princípios, os quais são considerados recomendações para a atividade da administração pública.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**7) CETRO - Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF (2013)**

É característica do regime jurídico administrativo, exceto:

- a) a presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- b) realizar os fins desejados pelo Estado de modo abstrato, direto e mediato.
- c) a desigualdade jurídica entre Administração e os administrados.
- d) a necessidade de poderes discricionários para a Administração atender ao interesse público.
- e) a sujeição de decisões à revisão judicial.

**8) FCC - Procurador Judicial – Prefeitura Municipal de Recife – (2014)**

No que diz respeito ao regime jurídico administrativo, considere as seguintes afirmações:

- I. Há, neste tipo de regime, traços de autoridade, de supremacia da Administração, sendo possível, inclusive, que nele se restrinja o exercício de liberdades individuais.
- II. As chamadas prerrogativas públicas, para que sejam válidas, devem vir respaldadas em princípios constitucionais explícitos na Constituição Federal.
- III. Via de regra, também integram o regime jurídico administrativo de um município as leis, os decretos, os regulamentos e as portarias do Estado em que ele se localiza.
- IV. É tendência da maioria da doutrina administrativista contemporânea não mais falar em “restrições” ou “sujeições” como traço característico do regime jurídico administrativo, em razão dessas expressões poderem levar à falsa conclusão de que as atividades da Administração que visam a beneficiar a coletividade podem estar sujeitas a limites.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

**9) CESPE - Analista Técnico-Administrativo – MDIC (2014)**

Julgue o item seguinte, relativo à administração pública e aos atos administrativos.

O exercício das funções administrativas pelo Estado deve adotar, unicamente, o regime de direito público, em razão da indisponibilidade do interesse público.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**10) CESPE - Contador - MTE (2014)**

Julgue o tema seguir acerca da responsabilidade civil do Estado e do Regime Jurídico Administrativo.

A supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos, integram o conteúdo do regime jurídico-administrativo.

- Certo  
 Errado

**11) CESPE - Agente Administrativo - TEM (2014)**

Acerca do regime jurídico administrativo e dos atos administrativos, julgue o próximo item.

Em razão da submissão ao regime jurídico administrativo, a administração pública não dispõe da mesma liberdade para contratar que é conferida a particular.

- Certo  
 Errado

**12) CESPE - Administrador - PF (2014)**

No que se refere ao regime jurídico administrativo, aos poderes da administração pública e à organização administrativa, julgue o item subsequente.

Em face do princípio da isonomia, que rege toda a administração pública, o regime jurídico administrativo não pode prever prerrogativas que o diferenciem do regime previsto para o direito privado.

- Certo  
 Errado

**13) FCC - Auditor Fiscal de Controle Externo TCE - PI (2014)**

O ordenamento jurídico pátrio agasalha regimes jurídicos de natureza distinta. A Administração pública

- a) obrigatoriamente submete-se a regime jurídico de direito público em matéria contratual.
- b) submete-se a regime jurídico de direito público, podendo, por ato próprio, de natureza regulamentar, optar por regime diverso, em razão do princípio da eficiência e da gestão administrativa responsável, e adequado planejamento.
- c) pode submeter-se a regime jurídico de direito privado ou a regime jurídico de direito público, conforme disposto pela Constituição Federal ou pela lei.
- d) quando emprega modelos privatísticos, é integral sua submissão ao direito privado.
- e) pode submeter-se a regime jurídico de direito público ou de direito privado, sendo a opção, por um ou outro regime jurídico, para a Administração pública indireta, livre ao Administrador.

**14) FGV - Analista de Controle Externo - TCE - BA (2013)**

Com relação aos regimes jurídicos dos agentes públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. As constituições estaduais e as leis orgânicas municipais podem, originariamente, regular aspectos próprios do regime jurídico único dos seus servidores públicos.
- II. Um Secretário Estadual de Saúde é considerado, de acordo com a classificação doutrinária, agente político.
- III. A lei da cada ente político estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**15) VUNESP - Notário e Registrador - TJ - SP (2014)**

Em relação ao regime jurídico-administrativo, pode-se afirmar que

- a) o princípio da finalidade não é previsto expressamente no art. 37 da Constituição Federal, de tal sorte, não se pode compreendê-lo como norma jurídica que compõe o regime jurídico-administrativo.
- b) o princípio da proporcionalidade pode ser definido como a exigência de que as medidas e ações do administrador público observem padrões éticos prescritos no ordenamento jurídico.
- c) o princípio da publicidade, ou dever de transparência, decorre do regime republicano, pois o Brasil define-se juridicamente como uma república federativa, o que significa dizer que todo aquele que exerce função pública deve prestar contas de suas atividades à sociedade.
- d) o princípio da motivação define-se por exigir que todo e qualquer ato no exercício de uma função pública contenham um motivo.

**16) CESPE - Analista Legislativo - Câmara dos Deputados (2014)**

A respeito do regime jurídico administrativo, julgue o item a seguir.

O regime jurídico administrativo é instituído sobre o alicerce do princípio da legalidade restrita, o que impede a aplicação, no âmbito da administração pública, de princípios implícitos, não expressamente previstos na legislação.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**17) VUNESP - Defensor Público - DPGE - MS (2014)**

A expressão regime jurídico-administrativo é utilizada para designar

- a) os regimes de direito público e de direito privado a que pode submeter-se a Administração Pública.
- b) o conjunto das prerrogativas e restrições a que está sujeita a Administração Pública e que não se encontram nas relações entre particulares.
- c) as restrições a que está sujeita a Administração Pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, excluindo-se de seu âmbito as prerrogativas da Administração.
- d) as prerrogativas que colocam a Administração Pública em posição de supremacia perante o particular, excluindo-se de seu âmbito as restrições impostas à Administração.

**18) CESPE - Técnico Judiciário TRE - GO (2015)**

No que se refere ao regime jurídico-administrativo brasileiro e aos princípios regentes da administração pública, julgue o próximo item.

O regime jurídico-administrativo brasileiro está fundamentado em dois princípios dos quais todos os demais decorrem, a saber: o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

- Certo
- Errado

**19) CESPE - Agente Técnico de Inteligência - ABIN (2010)**

Julgue o item subsequente, acerca dos princípios, poderes e atos administrativos.

O princípio da impessoalidade decorre, em última análise, do princípio da isonomia e da supremacia do interesse público, não podendo, por exemplo, a administração pública conceder privilégios injustificados em concursos públicos e licitações nem utilizar publicidade oficial para veicular promoção pessoal.

- Certo
- Errado

**20) ESAF - Agente Executivo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2010)**

O dever da Administração de dar transparência aos seus atos denomina-se:

- a) legalidade
- b) motivação
- c) publicidade
- d) eficiência
- e) moralidade

**21) ESAF - Agente Executivo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2010)**

O princípio da Administração Pública que se fundamenta na ideia de que as restrições à liberdade ou propriedade privadas somente são legítimas quando forem necessárias e indispensáveis ao atendimento do interesse público denomina-se:

- a) legalidade.
- b) publicidade.
- c) proporcionalidade.
- d) moralidade.
- e) eficiência.

**22) ESAF - Analista da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2010)**

Analise os itens a seguir, relacionados aos princípios que norteiam a atividade da Administração Pública, e marque com V se a assertiva for verdadeira e com F se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- ( ) Segundo o princípio da impessoalidade, a atuação do administrador público deve objetivar a realização do interesse público.
- ( ) Em razão do princípio da isonomia, é vedada a adoção de quaisquer discriminações positivas pela Administração Pública.
- ( ) As restrições ao direito de greve do servidor público decorrem do princípio da continuidade das atividades da Administração Pública.
- ( ) A estipulação legal de prazo decadencial para a Administração anular seus atos é contrária ao princípio da segurança jurídica.

- a) V, F, F, F
- b) F, V, V, F
- c) V, V, V, V
- d) F, V, F, V
- e) V, F, V, F

**23) ESAF - Fiscal de Rendas do Município do Rio de Janeiro - Prefeitura do RJ (2010)**

Referente aos princípios da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) Tendo em vista o caráter restritivo da medida, é necessária lei formal para coibir a prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública, tornando-se inviável, assim, sustentar tal óbice com base na aplicação direta dos princípios previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.
- b) Entre os princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal, encontram-se os da publicidade e da eficácia.
- c) É viável impedir, excepcionalmente, o desfazimento de um ato, a princípio, contrário ao Ordenamento Jurídico, com base no princípio da segurança jurídica.
- d) O princípio da autotutela consiste na obrigatoriedade de o agente público, independentemente da sua

vontade, sempre defender o ato administrativo quando impugnado judicialmente, em face da indisponibilidade do interesse defendido.

e) O devido processo legal não é preceito a ser observado na esfera administrativa, mas apenas no âmbito judicial.

**24) ESAF - Agente de Fazenda do Município do RJ - Prefeitura do RJ (2010)**

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública, é correto afirmar que:

- I. o princípio da publicidade visa a dar transparência aos atos da administração pública e contribuir para a concretização do princípio da moralidade administrativa;
- II. a exigência de concurso público para ingresso nos cargos públicos reflete uma aplicação constitucional do princípio da impessoalidade;
- III. o princípio da impessoalidade é violado quando se utiliza na publicidade oficial de obras e de serviços públicos o nome ou a imagem do governante, de modo a caracterizar promoção pessoal do mesmo;
- IV. o princípio da moralidade administrativa não comporta juízos de valor elásticos, porque o conceito de "moral administrativa" está definido de forma rígida na Constituição Federal;
- V. o nepotismo é uma das formas de ofensa ao princípio da impessoalidade.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, III e V.
- e) apenas as afirmativas I e III.

**25) ESAF - Agente de Trabalhos de Engenharia do Município do RJ - Prefeitura do RJ (2010)**

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública, é correto afirmar que:

- I. viola o princípio da moralidade administrativa valer-se do cargo público para obter vantagens ou favorecimentos pessoais;
- II. a publicidade dos atos administrativos é necessária para que o cidadão possa aferir a compatibilidade deles com o princípio da moralidade administrativa;
- III. a vedação de se utilizar na publicidade oficial de obras e de serviços públicos o nome ou a imagem do governante tem por finalidade dar efetividade ao princípio da impessoalidade;
- IV. a pena de perda dos direitos políticos, em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, não se aplica aos servidores titulares de cargo de provimento efetivo, visto que a estes a pena aplicável é a perda da função pública;
- V. fere o princípio da impessoalidade atender a pedido de preferência para a prática de um ato, independentemente do motivo do pedido.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, II, III e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
- d) apenas as afirmativas I, II e III.
- e) apenas as afirmativas I, IV e V.

**26) FGV - Fiscal da Receita Estadual - SEAD - AP (2010)**

Levando em consideração a doutrina da administração pública no Brasil e a Constituição Federal de 1988, o princípio da administração pública que impõe a prática de atos voltados para o interesse público é:

- a) o princípio da moralidade.
- b) o princípio da finalidade.
- c) o princípio da impessoabilidade.
- d) o princípio da continuidade.
- e) o princípio da publicidade.

**27) ESAF - Analista de Planejamento e Orçamento - MPOG (2010)**

A observância da adequação e da exigibilidade, por parte do agente público, constitui fundamento do seguinte princípio da Administração Pública:

- a) Publicidade.
- b) Moralidade.
- c) Legalidade.
- d) Proporcionalidade.
- e) Impessoalidade.

**28) ESAF - Analista de Planejamento e Orçamento - MPOG (2010)**

Relativamente à necessidade de estabilização das relações jurídicas entre os cidadãos e o Estado, há dois princípios que visam garanti-la. Assinale a resposta que contenha a correlação correta, levando em consideração os aspectos objetivos e subjetivos presentes para a estabilização mencionada.

- ( ) Boa-fé;
  - ( ) Presunção de legitimidade e legalidade dos atos da Administração;
  - ( ) Prescrição;
  - ( ) Decadência.
- (1) Segurança Jurídica - aspecto objetivo.  
(2) Proteção à confiança - aspecto subjetivo.

- a) 1 / 1 / 2 / 2
- b) 2 / 1 / 2 / 1
- c) 2 / 2 / 1 / 1
- d) 1 / 1 / 1 / 2
- e) 2 / 2 / 2 / 1

**29) FGV - Analista de Controle Interno - SEFAZ - RJ - (2011)**

A assessoria jurídica de determinado órgão público estadual, ao apreciar pedidos formulados por administrados com base no hipotético Decreto Estadual 1.234, vinha adotando, desde 2007, interpretação que fundamentava o deferimento das pretensões apresentadas. Em 2010, revendo sua posição, a assessoria jurídica passou a interpretar a referida norma administrativa de forma diversa, o que conduziria ao indeferimento daqueles pedidos. Nessa situação, o princípio aplicável aos processos administrativos que veda a aplicação retroativa de nova interpretação denomina-se

- a) motivação.
- b) segurança jurídica.
- c) impessoalidade.
- d) legalidade.
- e) moralidade.

**30) FGV - Analista de Controle Interno - SEFAZ - RJ - (2011)**

Em processos administrativos, a exigência de adequação entre meios e fins, vedando-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, é decorrência da aplicação do princípio do(a)

- a) contraditório.
- b) eficiência.
- c) proporcionalidade.
- d) motivação.
- e) segurança jurídica.

**31) Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEF - SC (2010)**

Quanto aos princípios constitucionais da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) O princípio da prevalência do interesse público sobre o particular é exemplo de norma constitucional explícita.
- b) A atividade administrativa estatal não se subordina a quaisquer parâmetros legalistas stricto sensu e sim principiológicos.
- c) O princípio constitucional da eficiência equipara a atuação Administração Pública aos parâmetros de atuação da iniciativa privada.
- d) A conflituosidade é ínsita à natureza dos princípios, o que levou o constituinte a positivar valores que

se chocam entre si.

e) O princípio constitucional da impessoalidade é insuscetível de mitigação, mesmo em casos de comprometimento da segurança nacional.

### 32) FEPESE - Analista Financeiro do Tesouro Estadual - SEF - SC (2010)

Sobre os princípios da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Todos os princípios fundamentais encontram-se explicitamente definidos na Constituição.
- b) Verifica-se manifestação direta da supremacia do interesse público quando a Administração Pública intervém no domínio econômico na qualidade de Estado-empresário.
- c) O princípio da prescritibilidade administrativa aplica-se aos ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- d) Em razão do princípio da moralidade, não se admite que a Administração Pública renuncie ao recebimento de receitas devidas ao Estado, como tributos ou multas.
- e) A edição de decreto autônomo destinado à extinção de cargos ou funções públicas, quando vagos, é incompatível com o postulando da legalidade.

### 33) CESPE - Auditor Federal de Controle Externo - TCU (2010)

A respeito dos princípios constitucionais aplicados ao direito administrativo, julgue o item que se segue. Nas situações em que for empregada, considere que a sigla CF se refere à Constituição Federal de 1988.

Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão expressos no texto da CF.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

### 34) ESAF - Analista de Comércio Exterior - MDIC (2012)

Determinado município da federação brasileira, visando dar cumprimento a sua estratégia organizacional, implantou o programa denominado Administração Transparente. Uma das ações do referido programa consistiu na divulgação da remuneração bruta mensal, com o respectivo nome de cada servidor da municipalidade em sítio eletrônico da internet.

A partir da leitura do caso concreto acima narrado, assinale a opção que melhor exprima a posição do Supremo Tribunal Federal - STF acerca do tema.

- a) A atuação do município encontra-se em consonância com o princípio da publicidade administrativa.
- b) A atuação do município viola a segurança dos servidores.
- c) A atuação do município fere a intimidade dos servidores.
- d) A remuneração bruta mensal não é um dado diretamente ligado à função pública.
- e) Em nome da transparência, o município está autorizado a proceder a divulgação da remuneração bruta do servidor e do respectivo CPF.

**35) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público - DPGE - AM (2011)**

Afirma-se, a respeito do princípio da eficiência da Administração Pública, que ele foi inserido na atual Constituição Federal com o intuito de:

- a) estabelecer um modelo gerencial de Administração
- b) fazer prevalecer o modelo burocrático de Administração
- c) valorizar a organização hierárquica.
- d) fazer prevalecer a valorização da rigidez da forma.
- e) restringir a participação popular de gestão.

**36) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público - DPGE - AM (2011)**

No campo do Direito Administrativo, a relação jurídico-administrativa:

- a) É regida pelo princípio do pacta sunt servanda, não havendo casos em que a Administração Pública pode modificar, unilateralmente, um contrato previamente assinado entre as partes.
- b) Submete a Administração Pública à vontade exclusiva dos governantes, pois cabe a estes apontar os rumos que a Administração Pública deve seguir.
- c) Deve sempre estar vinculada à finalidade pública, à vontade do administrador e à vontade das pessoas públicas.
- d) Implica em uma predominância da propriedade pública sobre a propriedade privada, ainda que a propriedade privada esteja a serviço de um interesse público.
- e) Implica em atuação de ofício na consecução e proteção dos interesses públicos contidos na esfera de competências atribuídas pela lei ao administrador.

**37) FCC - Analista Judiciário - TRE - SP (2012)**

De acordo com a Constituição Federal, constituem princípios aplicáveis à Administração Pública os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios aplicam-se às entidades

- a) de direito público, excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de competição no mercado.
- b) de direito público e privado, exceto o princípio da eficiência que é dirigido às entidades da Administração indireta que atuam em regime de competição no mercado.
- c) integrantes da Administração Pública direta e indireta e às entidades privadas que recebam recursos ou subvenção pública.
- d) integrantes da Administração Pública direta e indireta, independentemente da natureza pública ou privada da entidade.
- e) públicas ou privadas, prestadoras de serviço público, ainda que não integrantes da Administração Pública.

**38): FCC - Analista Judiciário - TRE - SP (2012)**

Para atender ao princípio constitucional básico da eficiência o agente público deve

- a) reduzir ao máximo os custos dos serviços públicos, independentemente da qualidade.
- b) sempre utilizar a tecnologia mais avançada, independentemente do seu custo.
- c) alcançar o melhor resultado possível no menor tempo e ao menor custo.
- d) atender a todos de forma idêntica, independente das demandas individuais dos cidadãos.
- e) prestar conta das atividades realizadas com clareza e presteza aos órgãos de controle.

**39) ESAF - Analista de Finanças e Controle - CGU (2012)**

O princípio que instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, consubstanciando um meio adicional de controle da sua atuação e, no que toca ao controle de legalidade, representando potencial redução do congestionamento do Poder Judiciário, denomina-se

- a) Razoabilidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Autotutela.
- d) Eficiência.
- e) Eficácia.

**40) FCC - Analista Judiciário - TRF - 1ª Região (2011)**

Carlos, auditor fiscal do tesouro nacional, ao preencher incorretamente documento de arrecadação do tesouro, causou prejuízo ao fisco na ordem de trinta reais. Tal fato acarretou sua demissão do serviço público. Em razão disso, postulou no Judiciário a anulação da pena, o que foi acolhido pelos seguintes fundamentos: o servidor procurou regularizar o erro, buscando recolher aos cofres públicos a quantia inferior recolhida; sua ficha funcional é boa e não desabona sua atuação; a quantia inferior recolhida é irrisória; a pena de demissão é ato extremo que deve ser efetivado apenas em casos gravíssimos.

O exemplo citado refere-se ao restabelecimento dos princípios, que devem sempre nortear a atuação da Administração Pública:

- a) moralidade e impessoalidade.
- b) eficiência e motivação.
- c) motivação e moralidade.
- d) razoabilidade e proporcionalidade.
- e) probidade e eficiência.

**41) CESPE - Técnico Judiciário - TRE - ES (2011)**

Acerca da administração pública e de seus princípios, julgue o próximo item.

Contraria o princípio da moralidade o servidor público que nomeie o seu sobrinho para um cargo em comissão subordinado.

- Certo  
 Errado

**42) CESPE - Técnico Judiciário - TRE - ES (2011)**

Acerca da administração pública e de seus princípios, julgue o próximo item.

Os princípios elencados na Constituição Federal, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, aplicam-se à administração pública direta, autárquica e fundacional, mas não às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.

- Certo  
 Errado

**43) CESPE - Analista Judiciário - TRE - ES (2011)**

Acerca de aspectos relacionados à administração pública, julgue o item subsecutivo.

Enquanto na administração privada só é permitido fazer o que a lei autoriza, na administração pública é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

- Certo  
 Errado

**44) FGV - Técnico Judiciário - TRE - PA (2011)**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública obedecerá aos seguintes princípios:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e externalidade.
- c) legitimidade, impessoalidade, moralidade, probidade e externalidade.
- d) razoabilidade, proporcionalidade, improbidade e personalismo.
- e) discricionariedade, ponderação, isenção e separação de poderes.

**45) FCC - Defensor Público -DPE - SP (2010)**

A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e oportunidade, reconhecida nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, está em consonância direta com o princípio da

- a) indisponibilidade do interesse público.
- b) segurança jurídica.
- c) autotutela.
- d) moralidade.
- e) autoexecutoriedade.

**46) FCC - Analista de Controle Externo - TCE-AP (2012)**

De acordo com a Constituição Federal, os princípios da Administração Pública aplicam-se

- a) às entidades integrantes da Administração direta e indireta de qualquer dos Poderes.
- b) à Administração direta, autárquica e fundacional, exclusivamente.
- c) às entidades da Administração direta e indireta, exceto às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- d) à Administração direta, integralmente, e à indireta de todos os poderes e às entidades privadas que recebem recursos públicos, parcialmente.
- e) à Administração direta, exclusivamente, sujeitando-se as entidades da Administração indireta ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

**47) FCC - Defensor Público -DPE - SP (2010)**

Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, está em conformidade com a

- a) moralidade o ato administrativo praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.
- b) eficiência a prestação de serviço público que satisfaça em parte às necessidades dos administrados, desde que realizados com rapidez e prontidão.
- c) publicidade o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou o indispensável à defesa da intimidade.
- d) impessoalidade a violação da ordem cronológica dos precatórios para o pagamento dos créditos de natureza comum.
- e) legalidade a inobservância a quaisquer atos normativos que não sejam lei em sentido estrito e provindos de autoridades administrativas.

**48) FEMPERJ - Analista de Controle Externo - TCE - RJ (2012)**

A Fundação de Educação e Cultura do Estado de Clarear vai contratar serviço de limpeza e conservação dos espaços culturais públicos. O técnico responsável pela elaboração do Edital deseja incluir a exigência de que os produtos de limpeza, fornecidos pelo contratado, obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa exigência esta:

- a) correta, pois é politicamente aceitável que no ano da Rio + 20 se inclua esse tipo de exigência nos Editais de licitação;
- b) incorreta, pois esse tipo de exigência restringe a participação de interessados, ferindo o princípio da

isonomia;

c) incorreta, pois a Lei de Licitações e Contratos veda estabelecer critérios de tratamento diferenciados entre os licitantes;

d) incorreta, pois o critério de julgamento a prevalecer é o da economicidade e essa exigência pode encarecer a contratação;

e) correta, pois a exigência esta alinhada com os critérios de sustentabilidade de licitações e contratações públicas.

**49) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)**

Julgue o item que se segue, relativo ao direito administrativo.

No âmbito da administração pública, a correlação entre meios e fins é uma expressão cujos sentido e alcance costumam ser diretamente associados ao princípio da eficiência.

( ) Certo

( ) Errado

**50) CESGRANRIO - Profissional Básico - BNDES (2011)**

Qual princípio da Administração Pública justifica o estabelecimento de prazo decadencial para o exercício da autotutela administrativa nas hipóteses em que o destinatário do ato ilegal esteja de boa-fé?

a) Proporcionalidade

b) Segurança jurídica

c) Eficiência administrativa

d) Instrumentalidade processual

e) Devido processo legal

Direito Administrativo

Regime Jurídico Administrativo

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 CERTO	2 CERTO	3 ERRADO	4 E	5 A
6 ERRADO	7 B	8 B	9 ERRADO	10 CERTO
11 CERTO	12 ERRADO	13 C	14 E	15 C
16 ERRADO	17 B	18 CERTO	19 CERTO	20 C
21 C	22 E	23 C	24 A	25 D
26 B	27 D	28 C	29 B	30 C
31 D	32 C	33 ERRADO	34 A	35 A
36 E	37 D	38 C	39 C	40 D
41 CERTO	42 ERRADO	43 ERRADO	44 A	45 C
46 A	47 C	48 E	49 ERRADO	50 B